

Coerência.pt

NOTÍCIAS

JANEIRO DE 2017 :: Nº01

O empenho da CE no Desenvolvimento

A Comissão Europeia (CE) demonstrou no final de 2016 que mais do que nunca está empenhada em alcançar o desenvolvimento sustentável na Europa e em todo o mundo. Assim, lançou três novas comunicações:

1. A [comunicação](#) sobre as próximas etapas para um futuro europeu sustentável apresenta as dez prioridades políticas da Comissão Europeia para a execução da Agenda 2030 da ONU. Neste documento é possível conhecer de que forma a União Europeia pretende atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

2. A [comunicação](#) relativa a um novo Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento propõe uma visão comum e um quadro para a cooperação para o desenvolvimento da União e dos seus Estados-Membros, em sintonia com a Agenda 2030.

3. A [comunicação](#) sobre uma parceria renovada com os países de África, das Caraíbas e do Pacífico (países ACP) propõe elementos para uma nova fase nas relações UE-ACP após a expiração do Acordo de Parceria de Cotonu em 2020.

Próximas Etapas para o Futuro Europeu Sustentável

A [comunicação da CE sobre as próximas etapas para um futuro europeu sustentável](#) explica como as 10 prioridades políticas da Comissão contribuem para a execução da Agenda 2030 da ONU para o Desenvolvimento. O documento começa por reforçar a ideia de que há muito que a sustentabilidade está no coração do projeto europeu. Os Tratados reconhecem que a dimensão económica, social e ambiental do desenvolvimento deve ser abordada conjuntamente. A UE garante que está comprometida com um Desenvolvimento que preencha as necessidades atuais sem comprometer o futuro. “Uma vida de dignidade para todos dentro dos limites do planeta reconciliando prosperidade económica e eficiência, sociedades pacíficas, inclusão social e responsabilidades ambientais. Isto é a essência do Desenvolvimento sustentável”.

Os desafios atuais da sociedade são igualmente apresentados, bem como a resposta da UE a esses desafios. É neste enquadramento que a UE apresenta a conjugação entre as dez prioridades estabelecidas pela Comissão Europeia e a execução dos ODS. (ver tabela abaixo)

O mapeamento das principais políticas europeias permite-nos compreender que só será possível assegurar os objetivos a que UE se propõe, se esta, conjuntamente com os seus Estados-Membros, assegurar a coerência das políticas, e se essas políticas forem apropriadas por todos os atores do desenvolvimento. É preciso garantir que as políticas com mais impacto na promoção do desenvolvimento dos países mais vulneráveis, como a política agrícola comum, a política de pescas, as políticas comerciais entre outras estão alinhadas com o discurso de sustentabilidade e dignidade para todos.

FICHA TÉCNICA







Equipa: CIDSE - www.cidse.org :: FEC - www.fecongnd.org :: IMVF - www.imvf.org

Financiador: Camões - Instituto da Cooperação e da Língua - www.instituto-camoes.pt

Esta publicação foi produzida com o financiamento do Camões – ICL. O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade da FEC e do IMVF e não pode, em caso algum, ser tomado como a expressão das posições do financiador.

Porque defendemos a igualdade de género como um valor intrínseco aos Direitos Humanos onde se lê “o” deve também ler-se “a” sempre que aplicável, de forma a garantir o respeito pela igualdade de género também na escrita.



Prioridades da Comissão Europeia	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
<p>Emprego, Crescimento e Investimento Ação: Plano de investimento; Semestre europeu; Rumo a uma economia circular.</p>	
<p>Mercado Único Digital Ação: Melhorar o acesso aos bens e serviços digitais; Condições propícias ao desenvolvimento das redes e serviços digitais; Crescimento da Europa com base nas tecnologias digitais.</p>	
<p>União da Energia e Clima Ação: Segurança do aprovisionamento; Um mercado interno da energia plenamente integrado e eficaz; Eficiência energética; Clima - redução das emissões; Investigação e inovação.</p>	
<p>Mercado Único Ação: Estratégia para um mercado único; União dos mercados de capitais; Plano de ação para uma tributação mais justa das empresas; Mobilidade laboral.</p>	
<p>União Económica e Monetária Ação: União económica; União financeira; União orçamental; União política; Criação de um pilar europeu dos direitos sociais.</p>	
<p>Acordo de Comércio Livre UE-EUA Ação: Melhorar o acesso ao mercado norte-americano; Cooperar para reduzir as formalidades e custos administrativos; Mais transparência às exportações; Exportações, importações e investimentos mais simples e justos.</p>	
<p>Justiça e Direitos Fundamentais Ação: Defender o Estado de Direito e articular os sistemas de justiça europeus.</p>	
<p>Migração Ação: Reduzir os incentivos à migração irregular; Salvar vidas e garantir a segurança das fronteiras externas; Uma sólida política comum de asilo; Uma nova política de migração.</p>	
<p>Europa mais forte na Cena Mundial Ação: Política externa; Política europeia de vizinhança; Cooperação internacional e desenvolvimento; Ajuda humanitária e proteção civil; Política comercial; Segurança e defesa; Alargamento da EU.</p>	
<p>Mudança Democrática Ação: Legislar melhor.</p>	

Proposta para um novo Consenso Europeu sobre Desenvolvimento

Com a aprovação da nova Agenda de Desenvolvimento 2030, e de forma a dar resposta a um conjunto de desafios, que pela sua interligação se tornam mais complexos, a Comissão Europeia avançou com uma proposta de um novo Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento.

A proposta apresenta uma visão comum e um quadro de ação para a Cooperação para o Desenvolvimento para todas as instituições da UE e para todos os Estados-Membros. Apresenta uma matriz que alinha a política de Desenvolvimento da UE com os 17 ODS. A proposta enfatiza a necessidade da UE e dos seus Estados-Membros reforçarem a eficiência e eficácia da sua parceria, tendo por base uma análise partilhada, estratégias comuns, programa conjuntos.

Não esquecendo que cada país tem a responsabilidade primeira pelo desenvolvimento social e económico, com este novo Consenso, o objetivo da UE, em matéria de política externa, é **fazer mais, fazer melhor e fazê-lo de modo diferente**.

Fazer mais: destacam-se os fatores transversais do desenvolvimento, tais como a igualdade de género, a juventude, as energias sustentáveis e a luta contra as alterações climáticas, o investimento, a migração e a mobilidade.

A alinhar parcerias...

O quadro geral para as relações da UE com África é o Acordo de Cotonu. Foi adotado em 2000, para os países de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP). Trata-se do acordo de parceria mais completo entre países em desenvolvimento e a UE, abrangendo as relações da UE com 79 países, incluindo 48 países da África Subsariana. O objetivo? Reduzir a pobreza e, a prazo, erradicá-la, e contribuir para a integração progressiva dos países ACP na economia mundial. O acordo assenta em 3 pilares: **Cooperação para o Desenvolvimento**; **Cooperação Económica e Comercial**; e **Vertente Política**. A Comunicação conjunta – "Uma parceria renovada com os países de África, das Caraíbas e do Pacífico" procura chegar a um acordo

Fazer melhor: uma abordagem mais coordenada entre a UE e os Estados-Membros tendo por base análises conjuntas, estratégias comuns, programação conjunta, ações conjuntas. O ênfase passará a ser nos resultados, sendo que será dada especial importância à Coerência das Políticas para o Desenvolvimento.

Fazê-lo de forma diferente: à Assistência Pública Oficial é necessário adicionar os recursos domésticos e o investimento do setor privado. A promoção de parcerias alargadas, diferenciadas e apropriadas às reais necessidades de cada país são consideradas indispensáveis para garantir a eficiência do processo de Desenvolvimento.

O Consenso irá contribuir, não só para a consistência entre as diferentes áreas de atuação externa da UE, mas também para uma coordenação entre estas e outras políticas setoriais. "O Consenso guiará os seus esforços na aplicação da Coerência das Políticas para o Desenvolvimento em todas as áreas e políticas cobertas pela Agenda 2030, procurando sinergias sempre que possível, incluindo comércio, finanças, ambiente e alterações climáticas, segurança e soberania alimentar, migrações e segurança."

Na proposta podemos também ler que a UE e os seus Estados-Membros, mais do que nunca, irão apoiar os países parceiros nos seus próprios esforços para criar quadros de ação que lhes permitam assegurar a CPD.

global apoiado por parcerias regionais específicas para a África, as Caraíbas e o Pacífico, tendo em conta as oportunidades e os desafios regionais específicos. As prioridades propostas focam-se na criação de Estado pacíficos, estáveis, prósperos, bem governados e resilientes.

Uma das questões que se coloca para o sucesso das negociações no pós-2020, é se o interesse da UE na região é verdadeiramente sólido e se as futuras negociações irão, de facto, ao encontro de uma parceria que seja relevante para ambas as partes, e que deste modo seja um garante de um mundo mais sustentável.

Não, as mudanças climáticas não são um mito!

A Etiópia enfrenta uma das piores secas em três décadas. Seis milhões de crianças estão vulneráveis à fome, falta de água e doenças.